

Não venderemos a Terra de Miranda aos vampiros da ENGIE



Há momentos em que o silêncio deixa de ser prudência e passa a ser cumplicidade. Na Terra de Miranda, esse momento já chegou.

Durante décadas, o Estado abandonou a Terra de Miranda e o interior do País. Destruiu a nossa economia agrícola, deixou envelhecer e despovoar os municípios, ignorou os nossos direitos e permitiu que a riqueza dos nossos recursos naturais fosse arrancada sem justiça, sem respeito e sem compensação digna. Agora, depois de nos terem enfraquecido, aparecem os grandes grupos económicos com promessas doces, contratos apressados e propostas miseráveis. Comportam-se como predadores, transformando a pobreza criada pelo abandono do Estado numa porta aberta para a ocupação e exploração económica do território. A ENGIE não vem salvar a Terra de Miranda. Vem sugar o que ainda resta. Depois da água, quer o vento e o sol. Quer ocupar o Planalto Mirandês com torres, painéis e infraestruturas que mudarão para sempre a nossa paisagem, agricultura e modo de vida, deixando em troca ruído, destruição e desvalorização.

A Terra de Miranda não é uma colónia energética. Não é um quintal de multinacionais. Tem povo, história, cultura, língua própria, memória, dignidade e direitos dos quais jamais abdicará.

O Estado Português tem duas obrigações urgentes e incontornáveis:

- Cumprir a Constituição e avançar com a reordenação do minifúndio, incumbência prioritária que os governos têm sistematicamente violado, levando à falência da agricultura do Planalto Mirandês e ao despovoamento do território.
- Rever de alto a baixo o modelo de partilha da riqueza gerada pelos nossos recursos naturais. A participação dos municípios em apenas 0,6% da energia produzida, regra criada no tempo de Salazar e nunca verdadeiramente corrigida, foi sempre uma vergonha. O modelo atual é pior: na prática, não nos deixa nada, enquanto as concessionárias e o Estado arrecadam centenas de milhões com os nossos recursos. Chamam a isso partilha. Quem tiver honestidade intelectual, chama-lhe espoliação.

Sem estas duas reformas, não queremos sequer ouvir falar em novos projetos energéticos neste território.

Apelamos a todos os proprietários: não tomem decisões precipitadas. O Estado destruiu o valor das vossas terras durante décadas. Esse valor deprimido e artificialmente baixo é precisamente o que os exploradores querem aproveitar hoje. A resposta não é vender barato agora, é exigir que o Estado cumpra as suas obrigações, fazendo as reformas a que está constitucionalmente obrigado.

A ENGIE e todos os que cobiçam o Planalto Mirandês devem perceber que esta terra pode ter sido esquecida pelo poder central, mas não perdeu a sua dignidade. Pode ter sido empobrecida por decisões injustas, mas não perdeu a consciência. E o Governo deve ouvir bem que, se continuar a proteger interesses das multinacionais contra os direitos das populações, estará claramente do lado errado da história.

A Terra de Miranda não se vende, não se cala e não se rende. Quando um povo toma consciência da sua força, nenhuma multinacional, Governo ou negócio feito nas suas costas o consegue vergar.